

# **1º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão**

Apresentação e inscrição do projeto de pesquisa jornalística  
**“Quanto vale um egresso?”**

Produção jornalística sobre o  
processo de reintegração social  
de presidiários e ex-presidiários

Leandro Ramos Martins de Siqueira  
Renato Santana de Jesus

São Paulo, outubro de 2009

## ÍNDICE

SUMÁRIO.....	02
FICHA DE INSCRIÇÃO.....	03
RELATO DA PESQUISA.....	04
PAUTA JORNALÍSTICA.....	06
Retranca.....	06
Histórico.....	06
Objetivo.....	07
Fontes.....	07
Locações.....	12
Inf. Complementares.....	14

## SUMÁRIO

O projeto de pauta jornalística intitulado “Quanto vale um egresso” tem como objetivo levantar uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas por egressos do sistema prisional em sua volta à sociedade. Para isso, buscou-se não somente relatos de pessoas que passaram pelo sistema carcerário, como também de indivíduos que ainda se encontram nele. Dessa forma, será possível obter uma descrição mais completa da vida nas penitenciárias, etapa importante no processo de reintegração social.

O trabalho pretende abordar, de forma mais humanizada e verdadeira, essa realidade extremamente complexa que é a vida marcada eternamente por um erro. O título do projeto justamente sintetiza essa característica ao propor que os egressos possuem, sim, um valor inestimável enquanto seres humanos e cidadãos, mas, infelizmente, muitas vezes têm suas vidas resumidas a um momento de infelicidade por eles cometidos. Ressalta-se, contudo, que não se impõe nenhum juízo de valor ao longo da pesquisa; muito pelo contrário. Uma das intenções é desvincular a imagem do ex-presidiário do estereótipo negativo que quase sempre o persegue.

Por fim, do ponto de vista jornalístico, espera-se produzir um vídeo-documentário que se atenha ao conhecimento de causa dos personagens, embasando-os sempre com as declarações de algumas fontes oficiais, especialmente escolhidas para esse trabalho e que, sem dúvida alguma, também são peças importantes para que o produto final seja o resultado de um jornalismo sério, digno, pautado pela averiguação e apuração das informações. Com isso, naturalmente obter-se-á um vídeo-documentário que contribua no sentido de mostrar a amplitude de uma realidade que merece ser tratada com o respeito e complexidade que lhe são devidos. É a nossa contribuição (alunos e professora) para uma causa que contempla centenas de milhares de pessoas em todo o Brasil.

## RELATO DE PESQUISA JORNALÍSTICA

O objetivo da pauta é apresentar, sobretudo por meio do relato de personagens que passaram pelo sistema carcerário do Estado de São Paulo, quais os problemas que detentos e ex-detentos enfrentam no processo de reintegração na sociedade. Por ser o maior reduto prisional do país (147 unidades penitenciárias), os resultados obtidos servem também como retrato nacional dessa situação presente na vida de tantas pessoas. Obstáculos como falta de oportunidades, preconceito, baixa autoestima e ausência de suporte familiar são algumas das dificuldades impostas a esses cidadãos.

A escolha do tema deu-se pela relevância que o caracteriza. Falar de direito à vida e à justiça para uma minoria que é estigmatizada e discriminada em seus ambientes de vivência é uma tarefa assaz intrigante tanto do ponto de vista jornalístico quanto do social.

A opção pela professora Denise Cristine Paiero como orientadora desse projeto está relacionada com sua experiência no assunto. Denise é jornalista graduada pela Unesp, mestra em Semiótica da Cultura e, atualmente, desenvolve uma tese de doutorado intitulada “A construção do discurso simbólico do terror na mídia”. Além disso, é autora do livro “Foices e Sabres: a história e uma ocupação dos sem-terra”. Suas áreas de estudo concentram-se na relação entre mídia, protesto e terror.

As conversas com as fontes e a pesquisa de dados sobre o assunto mostraram que a sociedade é muito preconceituosa com cidadãos que passaram pelo sistema prisional. É um fator que marca negativamente a vida da maioria dessas pessoas, que muitas vezes tentam esquecer ao máximo esse período de suas vidas. Quanto mais dificuldade elas encontram ao voltarem para a liberdade, mais chances terão de reincidir criminalmente.

O histórico do sistema prisional mostra que o apoio da família (e também para a família) é essencial no processo de ressocialização. Muitos egressos, com a auto-estima prejudicada, sentem-se como estorvos para as suas famílias, que muitas vezes têm seus estilos de vida totalmente mudados devido a uma eventual ausência financeira – e sentimental – que a prisão representa.

O trabalho será desenvolvido de forma a mostrar que a recuperação do ser humano é possível – falta apenas oportunidade, num primeiro momento.

Por meio de entrevistas com personagens do sistema prisional (presos em regime fechado e semiaberto) e com indivíduos que conquistaram a liberdade, pretende-se contribuir para a quebra do estereótipo que persegue esses indivíduos, muitas vezes injustamente. Além disso, realizou-se uma ampla pesquisa referente a dados e a estatísticas que mostram que, em muitos casos, o poder público falta com sua obrigação de garantir a essas pessoas uma condição de vida decente – seja enquanto estão presas ou na falta de auxílios de primeira necessidade ao serem libertos. A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984) determina que o Estado forneça educação, saúde e trabalho para o ingresso, e assistência social (alimentação e alojamento) para o egresso. Infelizmente, a maioria não recebe a assistência devida, o que lhes prejudica enquanto cidadãos: o direito à vida e à justiça torna-se pois fragilizado.

Do ponto de vista jornalístico, o trabalho pretende apontar uma forma diferente de mostrar temas delicados como esse, nos quais muitas vezes tende-se ao estereótipo e ao senso comum: nem todos os presos e ex-presos são bandidos e nem todos são incapazes de recuperação. Muito pelo contrário, a maioria dos que reincidem criminalmente aponta o preconceito como maior obstáculo enfrentado. A mídia, no seu papel de formadora de opinião, tem com função justamente não se deixar levar pelo senso comum e mostrar a realidade em sua complexidade.

Espera-se que essa reportagem sirva como mais um exemplo de que um jornalismo honesto é possível. Almeja-se também que ela sirva como contribuição para a vida de detentos e ex-detentos de todo o país. As fontes aqui consultadas – oficiais e não-oficiais – possibilitarão um retrato fidedigno e não estereotipado de como é a vida desses cidadãos.

Durante os seis meses que se terá para a realização da reportagem, serão dedicados os dois iniciais para a realização das entrevistas e para a captação de imagens (também junto aos três presídios que serão visitados e que estão devidamente discriminados na pauta jornalística). Para os meses seguintes, a dedicação ao trabalho será voltada para a edição do vídeo-documentário, considerada um dos pontos fundamentais para que o produto final possua uma linguagem autêntica e um conteúdo pautado pela apuração das informações e pela fidelidade ao que foi pesquisado.

## **RETRANCA**

Quanto vale um egresso? (vídeo-documentário)

## **HISTÓRICO**

O Estado de São Paulo conta, atualmente, com 147 unidades prisionais, segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), que juntas correspondem a uma população carcerária de aproximadamente 158.704 indivíduos (junho/09) de acordo com o Depen (Departamento de Execução Penal do Ministério da Justiça). Apesar dos dados serem significativos, eles não param de crescer: a cada mês, 860 novos presos adentram as prisões de todo estado (dados de 2006 fornecidos pela Funap), resultando em índices de superlotação. Seria necessário construir uma penitenciária por mês para que todos esses novos detentos pudessem ser abrigados decentemente. Cada vaga no sistema carcerário custa R\$ 30.000 aos cofres públicos (e cada preso, R\$ 1.000/mês).

Dentro da estrutura da SAP, dois braços são responsáveis pelo desenvolvimento de ações socioeducativas e de cidadania em benefício da população prisional: a Funap (Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso) e a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania. A Funap tem como objetivo auxiliar na ressocialização de presos em regime semiaberto por meio do trabalho e de atividades educacionais. Já a Coordenadoria toma conta dos chamados egressos, ou seja, dos indivíduos em liberdade.

A Coordenadoria de Reintegração atua principalmente no sentido de promover a autonomia do ex-detento. Portanto, seja por meio de parcerias com empresas ou com instituições educacionais, ela busca reinserir essa pessoa de forma mais efetiva no meio social.

As 147 unidades prisionais administradas pela SAP estão divididas em setes categorias: segurança máxima (01), penitenciárias (74), centros de detenção provisória (36), centros de ressocialização (22), centros de progressão penitenciária (07), institutos penais agrícolas (2) e hospitais (6).

(Obs.: dois dos hospitais possuem a mesma direção e são contabilizados como uma única unidade.)

Dentre esses modelos, faz-se importante ressaltar os centros de ressocialização (CRs). Idealizados há alguns anos pelo então secretário da SAP, o advogado Nagashi Furokawa, esse tipo de prisão destaca-se pelo baixíssimo índice de reincidência de seus egressos. Enquanto as penitenciárias tradicionais possuem uma taxa de reincidência entre 60% e 80% (não há estatísticas oficiais uniformes), os CRs apresentam índices inferiores a 5%. Os presos dos CRs são escolhidos segundo um perfil de baixa periculosidade (independentemente do crime que tenham cometido). Além disso, são originários da região onde o centro é localizado. Essa característica facilita o contato dos presos com suas famílias, que não precisam viajar grandes distâncias para visitá-los.

Segundo o senso penitenciário promovido pela Funap em 2002, mais de um terço (35%) da população prisional acredita, sem hesitações, na importância da família, da educação e do trabalho como meios de sua recuperação. É uma parcela dos presos que se dispõe totalmente a evitar ao máximo a reincidência criminal e a buscar seu espaço na sociedade.

## **OBJETIVO**

O objetivo da reportagem é mostrar as dificuldades enfrentadas por ex-presidiários no processo de reintegração social. Busca-se um relato jornalístico que fuja do convencional e também da armadilha de mostrar esses indivíduos de forma negativa, como tão frequentemente costuma-se ver em alguns veículos de comunicação. Pretende-se humanizar a figura do detento e do ex-detento, ressaltando-se sempre que humanizar não é inocentar.

## **FONTES**

**1) Maria Solange Rosalem Senese**, economista, Gerente Comercial de Programas de Locação de Mão de Obra da Funap. Estabelece convênios entre empresas e presos do regime semiaberto. Já trabalhou como coordenadora de

projetos educacionais dentro de presídios e, portanto, também têm a visão de quem passou por dentro do sistema prisional. Segundo Solange, há uma barreira cultural muito forte contra detentos e ex-detentos, que são vistos com preconceito pela a sociedade. Acredita o objetivo do Estado é dar autonomia para esses cidadãos, de forma a facilitar sua reintegração na sociedade.

**2) Luiz Alberto Mendes** é ex-presidiário e escritor. Prestou vestibular para Direito na PUC-SP enquanto estava preso na penitenciária, sendo o primeiro detento de São Paulo a realizar tal feito. Já publicou dois livros sobre suas memórias do tempo de prisão e atualmente é colunista da revista TRIP. Elaborou também, juntamente com a Funap e com a Coordenadoria de Reintegração, o Guia do Egresso, com dicas que auxiliam o recém-saído em liberdade a satisfazer necessidades básicas como alimentação, alojamento e documentação. Considera os projetos de reintegração social feitos na cadeia como “mentirosos e inócuos”, pois quando a pena acaba, o preconceito continua.

**3) Mauro Rogério Bitencourt**, graduado em Direito. é atualmente o responsável pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania do Estado de São Paulo, que tem como objetivo auxiliar o egresso no seu retorno à sociedade. Mauro defende a individualização das penas e as penas alternativas, mecanismos que funcionam no sentido de evitar que presos de baixa periculosidade vão para a cadeia desnecessariamente e/ou entrem em contato com criminosos mais perigosos e influentes. Além disso, afirma que a maior dificuldade para atingir os objetivos de reintegração é o preconceito.

**4) Nagashi Furukawa**, juiz aposentado, atualmente advoga por conta própria em Bragança Paulista, foi ex-secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e é idealizador dos Centros de Ressocialização. Personalidade altamente reconhecida dentro da Segurança Pública, Nagashi possui uma visão bem humanista em relação ao assunto, afirmando que “é impossível ensinar o homem a viver em sociedade retirando-o do convívio social”.

**5) Igor Rocha** é agente penitenciário licenciado e atualmente preside o Instituto de Biologia Marinha e Meio Ambiente (IBIMM), ONG que trabalha na área da ecologia, empregando presos em regime semiaberto. Defende que o agente de segurança penitenciária e o agente educador não sejam funções exercidas pela mesma pessoa, o que atrapalha na relação com o preso. Acredita que a laborterapia (trabalhar durante a prisão) e o contato frequente com a família representam os dois pilares fundamentais para o sucesso da ressocialização.

**6) Eunávio Cirelli Filho** é preso do regime semiaberto, acusado de tráfico de drogas e trabalha no IBIMM. Passou por três penitenciárias do sistema prisional paulista, colecionando diversas histórias de abuso e descaso. Prestes a entrar em liberdade condicional (entre outubro e novembro), já planeja como será sua vida após estar totalmente livre.

**7) Edris Queiroz** é biólogo marinho e egresso. Enquanto estava na prisão, conheceu Igor Rocha (fonte 5), e ambos perceberam que possuíam opiniões em comum, como a necessidade de intensificar as atividades socioculturais no ambiente prisional. Juntos, começaram a desenvolver programas de cunho educativo na penitenciária José Parada Neto, em Guarulhos (SP). Ao sair da cadeia, juntou-se a Igor na criação da ONG IBIMM, onde dedica-se à parte de educação, tema pelo qual despertou interesse durante o seu doutorado.

**8) Samuel Pinheiro da Silva** é preso em regime semiaberto e trabalha na Funap das 8h30 às 16h30. Detido por assalto (reincidente), começou a estudar, por conta própria, técnicas de pintura enquanto estava na cadeia. Já possui mais de 50 telas que esperam uma oportunidade para serem expostas. Acredita que sua recuperação deve-se essencialmente ao apoio que sempre recebeu da família e enfatiza o fato de nunca ter se juntado a nenhuma facção criminosa existente no interior das cadeias. Ao conquistar sua liberdade, espera seguir a carreira artística por meio da pintura.

**9) Rosely Galone** é costureira autônoma na Daspre, grife de roupa produzida por presas e egressas. Relata que, ao sair da cadeia, sentiu muito preconceito

da sociedade. Segundo ela, o alto índice de reincidência criminal deve-se em parte pela sociedade, que fecha as portas, e em parte pelo próprio egresso, que em alguns casos não se esforça para ir atrás de oportunidades. Diz também que o sistema prisional dificulta o acesso das famílias com as revistas íntimas (que são constrangedoras).

**10) Andreia Bernardo Mendonça** é egressa e trabalha, desde outubro de 2008, na Daspre. Andreia diz que sistema penitenciário é um descaso, um formador de criminosos. Ela justifica sua opinião dizendo que condenados por crimes mais leves ficam juntos com criminosos de alta periculosidade. “A presa é jogada não cadeia, não é cuidada”. No entanto, ela reconhece a qualidade da Daspre enquanto projeto reintegrador: “Até hoje nenhuma egressa que passou pela Daspre voltou a cometer crime”, comenta.

**11) Renata Cristina de Souza Preuchi** é presa em regime semiaberto e trabalha atualmente na Daspre. Por já estar há dez anos em reclusão, Renata diz que reincidir criminalmente é “burrice”. “A maioria, ao sair da cadeia, não procura se estabilizar, mas sim por algo fácil”. Para ela, o reincidente tem que ser punido mais severamente, pois ele desperdiça uma chance dada – e desejada por muitos.

**12) Marcio Coutinho** é advogado e diretor do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Sorocaba. Diz que o sistema prisional é importante para coibir crimes, mas também possui um perfil profilático, que no entanto ainda é pouco desenvolvido pelo Estado. O CDP de Sorocaba é exemplo entre as unidades prisionais do Estado, pois desenvolve o projeto *Carpe Diem*, que visa proporcionar aos presos primários, praticantes de delitos de baixo potencial ofensivo, uma oportunidade de reintegração ao seio social, substituindo a prisão por uma Custódia Detentiva Alternativa. Os presos incluídos no projeto ficam em um alojamento especialmente construído para esse fim, em espaço apartado na unidade prisional onde, diariamente, passam por consultas, terapia psicossocial e oficinas de trabalho coordenadas pela Funap. Ao final do período de permanência, o preso será enviado ao Judiciário para concessão da Liberdade Provisória.

**13) Rosália Maria Andreucci Naves de Andrade** é advogada da Funap há 26 anos. É responsável por auxiliar juridicamente detentos de todo o Estado. Além da superlotação, aponta a falta de diretrizes públicas como ponto negativo do sistema penitenciário brasileiro.

**14) Álvaro de Aquino e Silva Gullo** é professor do Departamento de Sociologia da USP e estudioso do sistema carcerário. Diz que o preso não é preparado no sentido de se reintegrar na sociedade e afirma que há um certo conservadorismo na Justiça, que dificulta a concessão de benefícios e, conseqüentemente, mantém a superlotação em níveis elevados. “Delitos de baixa periculosidade não necessariamente deveriam ser punidos com prisão em regime fechado com todos os seus males, mas poderiam ser punidas com medidas sócio-educativas de resultados mais efetivos para os fins de ressocialização”.

**15) Josmar Jozino da Silva** é repórter da editoria de Polícia do Jornal da Tarde e profundo conhecedor do mundo prisional e das facções criminosas. Por duas vezes recebeu menção honrosa no Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Segundo Josmar, “a mídia tem pouco interesse, quase zero, em relação à situação tanto do preso como do egresso. Só se importam com esse pessoal quando ocorre uma rebelião”. Complementa dizendo que o Estado não cumpre a lei com a população carcerária.

**16) Alvino Augusto de Sá** é professor doutor do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia da Faculdade de Direito da USP. É também psicólogo aposentado da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Alvino diz que os egressos, muitas vezes, reincidem criminalmente porque abandonar a vida do crime não lhes traz recompensa alguma. “Pelo contrário, às vezes lhes traz maiores prejuízos. Ter direito à vida implica ter direito a viver feliz; e fazer justiça é dar condições para que o indivíduo seja feliz”.

**17) Elaine Cristina da Silva**, aos quatro anos de idade, viu a mãe ser morta

pelo pai. Passou pela Febem (atual Fundação Casa), por um manicômio, ao completar 18 anos foi transferida para uma penitenciária feminina na qual cumpriu pena em regime fechado e semiaberto. Durante este último, começou a trabalhar na Funap, onde conheceu seu marido. Atualmente em liberdade, atribui a seu núcleo familiar o fato de ter mudado de vida. A importância de Elaine, enquanto fonte jornalística, é justificada por dois motivos: passou por todo o sistema carcerário e conseguiu se recuperar graças ao apoio e à formação de uma família, um dos pontos-chaves para o processo de reintegração.

**18) Semíramis Chicarelli** é psicóloga e está atualmente em liberdade, cumprindo pena alternativa (trabalha na Pastoral Carcerária). Foi presa por tráfico em 2003 e viu "coisas horríveis" na cadeia. "Saí de lá pensando em estudar para contribuir em alguma coisa para a mudança deste cenário social de violações de direitos e de exclusão. Terminei o ensino médio, graduei-me em Psicologia e atualmente curso a especialização em psicopedagogia institucional, acreditando na educação crítica, democrática e emancipatória para a formação de sujeitos autônomos e conhecedores de seus direitos nesta sociedade perversa". Semíramis acredita que muitos egressos reincidem porque a sociedade se isenta de suas responsabilidades, não lhes dá uma chance de vida digna.

## **LOCAÇÕES**

1) Funap – Maria Solange Rosalem, Samuel Pinheiro, Rosely Galone, Andreia Bernardo, Renata Peruchi e Rosália Maria. Rua Dr. Vila Nova, 268 - Vila Buarque, São Paulo, SP. CEP: 01222-020. Telefone: (011) 3150-1006; (011) 3150-1010.

2) Residência – Luiz Alberto Mendes. R. Ituiutaba, 312 - Embu, SP. CEP: 06816-130. Telefone: (011) 4241-6673 (residência); (011) 9600-8090 (celular); (011) 2244-8881 (Revista TRIP).

3) Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania – Mauro Rogério Bitencourt. Rua Asdrúbal do Nascimento, 454 - Bela Vista, São Paulo, SP. CEP: 01316-030. Telefones: (11) 3101-2406.

4) Residência – Nagashi Furukawa. Avenida das Nações, 302 - Jardim Europa, Bragança Paulista, SP. CEP: 12919-140. Telefones: (011) 4033-4624 (residência), (011) 4032-2563 (escritório) e (011) 9611-7511 (celular).

5) Instituto de Biologia Marinha e Meio Ambiente – Igor Rocha, Eunávio Cirelli e Edris Queiroz. Avenida Cachoeira Paulista, nº 479 - Cidade Patriarca, São Paulo, SP. CEP: 03551-000. Telefone: (011) 2682-9489 (escritório IBIMM); (011) 8252-0734 (celular Igor).

6\*) Centro de Ressocialização de Sumaré. Avenida da Saudade, s/nº - Horto Florestal, Sumaré, SP. Caixa Postal 53. CEP : 13171-320. Telefones: (19) 3873-9545 (A Funap se dispôs a cuidar da locomoção de ida e volta ao presídio).

7\*) Centro de Detenção Provisória da Capital - Chácara Belém I. Avenida Condessa Elizabete Robiano, nº 900 - Belém, São Paulo, SP. CEP : 03021-000. Telefone: (11) 6291-6000

8\*) Penitenciária Feminina "Dra. Maria Cardoso de Oliveira". Rodovia Raposo Tavares Km 19,5 Jardim Arpoador Butantan - Butantã, São Paulo, SP. CEP : 05577-300. Telefone: (11) 3782-8267

9) Centro de Detenção Provisória de Sorocaba – Marcio Coutinho. Av. Dr. Antonio de Souza Neto, 300 - Ouro Branco, Sorocaba, SP. CEP : 18087-360. Telefone: (015) 3335-2304

10) Residência – Álvaro de Aquino. Rua Maria José, 220 - Bela Vista, São Paulo, SP. CEP: 01324-010. Telefone: (011) 3107-2229; (011) 9152-1816

11) Jornal da Tarde – Josmar Jozino. Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 – Limão, São Paulo, SP. CEP: 02598-000. Telefone: (011) 3856-5178

12) Faculdade de Direito da USP – Alvino Augusto de Sá. Largo São Francisco, 95 – Bela Vista, São Paulo, CP. CEP: 01005-010. Telefone: (011) 9346-6700

13) Residência – Elaine Cristina da Silva. Rua Reverendo Almir Pereira Bahia, 40 - Ermelino Matarazzo, São Paulo, SP. CEP: 03811-080. Telefone: (011) 8703-0870.

14) Pastoral Carcerária – Semíramis Chicarelli. Rua da Consolação, 21 - República, São Paulo, SP. CEP: 01302-000. Telefone: (011) 8057-1782 (celular); (011) 3151-4272.

\* A ida a esses presídios, para conversar com presos e verificar a situação desses ambientes, já está acertada com a Funap.

## **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Durante a entrevista com o Dr. Mauro Bitencourt, responsável pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania do Estado de São Paulo, nos foram sugeridas algumas fontes que, embora não tenham respondido o nosso contato até a conclusão desta pauta, possuem potencial para o desenvolvimento da reportagem. As fontes em questão são as seguintes: Paulo Sorsi (Juiz Corregedor do DECRIM – Departamento de Execuções Criminais); Miraci (responsável por uma cooperativa de Sorocaba que emprega a mão de obra de 180 presos) e Roberto Silva (foi preso mais de 60 vezes, passou pela Febem, pelo Carandiru, começou a estudar na detenção e hoje é doutor em pedagogia e dá aula na USP – Universidade de São Paulo).

Leandro Ramos M. de Siqueira – (011) 7458-7795 – [leandro.rmsiq@gmail.com](mailto:leandro.rmsiq@gmail.com)

Renato Santana de Jesus – (011) 9996-6388 – [renatosj@gmail.com](mailto:renatosj@gmail.com)

Universidade Presbiteriana Mackenzie